

RECENSÕES

Poblete, Juan (org.) (2018), *New Approaches to Latin American Studies*. New York: Routledge, 292 pp.

O momento em que narrativas, projetos, pesquisas e mesmo práticas alinhadas ao pensamento pós-colonial (ou decolonial) ganham cada vez mais um espaço próprio nas academias latino-americanas – para além dos paradigmas teóricos e metodológicos herdados de outras regiões colonizadas do mundo –, parece ser também aquele em que os próprios parâmetros da investigação se tornam elementos a serem investigados. É nesse sentido que o termo “giro” (*turn*), que atravessa os 16 artigos reunidos na coletânea *New Approaches to Latin American Studies* – organizada por Juan Poblete e publicada em 2018 –, não se refere apenas a essa abordagem como um todo, mas também a uma miríade de novos conceitos, objetos, fenômenos e sujeitos que, afastados dos focos das pesquisas existentes até então, podem fornecer imagens ainda desconhecidas da América Latina. São 21 autores de diferentes pontos do continente americano que, lecionando e pesquisando de Buenos Aires até Los Angeles, atravessam temas centrais ao pensamento latino-americano. Da mesma forma, a coletânea privilegiou uma certa interdisciplinaridade aos ambientes acadêmicos da região: reúne sociólogos como Pablo Alabarces e Ana Wortman (Universidad de Buenos Aires), antropólogas como Nancy Postero (University of California) e historiadores como Roberto Cavooris (University of California). No entanto, a maior parte dos capítulos foi escrita

por teóricos e pesquisadores dos campos da literatura e da cultura, como Claudia de Lima Costa (Universidade Federal de Santa Catarina), Nelson Maldonado-Torres (Rutgers University), e o próprio organizador, Juan Poblete (University of California). Todos os capítulos sugerem um possível giro sobre algum pilar epistemológico – da ética (Erin Zivin, University of Southern California) à subalternidade (Gareth Williams, University of Michigan), dos estudos culturais (Mabel Moraña, Washington University) à *performance* (Angela Marino, University of California). Assim, o livro se apresenta, antes de ir aos fenômenos em si, como uma série de projetos epistemológicos – ainda que seja elaborado por pesquisadores e professores latino-americanos e estadunidenses imbricados em outro projeto: aquele que leva o nome de Latin American studies (estudos latino-americanos, em português), e que se concentra nas universidades estadunidenses, dando-lhes o rótulo de latino-americanistas (porque estudam a região a partir dos Estados Unidos da América – EUA), o que não dispensa críticas como as feitas por Silvia Rivera Cusicanqui (2010).¹

Neste projeto, alguns conceitos-chave que permearam o pensamento latino-americano até então não poderiam passar incólumes, porque pautam debates importantes há pelo menos duas décadas – como os de Estado-nação, modernidade e democracia,

¹ Rivera Cusicanqui, Silvia (2010), *Ch'ixinakax utxiwa: una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores*. Buenos Aires: Tinta Limón.

que são reavaliados – enquanto outros surgem inevitavelmente no horizonte – tais como transnacionalismo, feminismo e cultura popular.

Isso se vê no capítulo de Nicole Fabricant (Towson University) e Nancy Postero sobre o “giro indígena”: pesquisadores de diversas abordagens se debruçaram sobre os indígenas latino-americanos sempre teorizando o “diferente”, seja comparando-o a partir de categorias (gênero, classe, etc.) ou discursos hegemônicos (a modernidade, principalmente). Se, por um lado, esse trabalho tem valor, por outro reproduz a mesma percepção colonial da diferença, deixando de lado investigações que possam dar conta da relação dos indígenas com o capitalismo, por exemplo. Um caso inevitável parece ser o dos aimarás em La Paz, na Bolívia, que, como sugere a literatura sobre o tema (Espinoza, 2013;² Rea Campos, 2016³), são atores fundamentais do mercado de trocas dentro e fora das fronteiras nacionais. Essa abordagem é um giro que ainda está por acontecer.

Em outros capítulos, no entanto, como o que trata do giro da memória, todo esse esforço de apresentação do percurso teórico e empírico dos conceitos acaba com tentativas de respostas. Michel Lazzara (também da University of California) mostra, por exemplo, como o conceito de “memória” – depois das ditaduras militares no Cone Sul e do período de violência na Colômbia – pode, agora, construir realidades mais palpáveis: acesso à informação, transparência e responsabilização.

Poblete, por sua vez, oferece uma densa descrição dos estudos em torno do conceito de transnacionalismo em diversas pesquisas

feitas nos anos 2000 para, então, endossar a crítica de que os autores transnacionalistas “sobrestimaram a capacidade de alguns Estados nacionais em recriar políticas de inimidade cujos migrantes, agora constituídos como adversários ameaçando o futuro da nação, são os atores centrais” (p. 45).⁴ O giro transnacional que propõe, visto a partir do contexto de migrantes latino-americanos nos EUA, é dar atenção a “pontos em comum” (*points of commonality*) e a “espaços políticos compartilhados” em que, superando as dicotomias, os “migrantes” e os “nativos” encontrariam “zonas de contato, fricções e interdependência” (p. 47). Em outros capítulos, porém, esse trabalho de recuperação dos conceitos, objetos, fenômenos e sujeitos é feito apenas para que o giro possa se realizar: é o que faz Pablo Alabarces sobre a ideia de “cultura popular” – reforçando, para isso, o próprio fato de ser um autor que escreve e leciona a partir da Argentina, país onde nasceu. Presa primeiro aos textos frankfurtianos e ao sistema emissor-receptor e depois à crítica contumaz de Jesus Martín-Barbero sobre as mediações entre meios de comunicação de massa e os espectadores, a virada na ideia de “cultura popular” na América Latina depende de “algo mais”. Falar dela é

[...] falar de práticas e representações que estão ou podem estar para além da mídia de massa, da simples referência da cultura de massa entendida como os modos variados pelos quais bens simbólicos são produzidos, distribuídos e consumidos com a mediação da – especialmente eletrônica – indústria cultural. (p. 51)

² Espinoza, Fran (2013), “Bolívia, élite sectorial chola y élite política: las ambivalencias de su relación”, *Anuario de Acción Humanitaria y Derechos Humanos*, 11, 141-160.

³ Rea Campos, Carmen Rosa (2016), “Complementando racionalidades: la nueva pequeña burguesía aimara en Bolivia”, *Revista Mexicana de Sociología*, 78(3), 375-407.

⁴ Todas as traduções apresentadas são da responsabilidade do autor.

Essas práticas e representações parecem ser encontradas na dança e na música populares, na sexualidade, no espaço, no trabalho, nas festas, na religiosidade, no conservadorismo popular e, por que não, na política comunitária – todas ausentes da mediação dos meios de comunicação de massa, mas onde o giro já está em curso.

Mabel Moraña, diretora de Latin American studies na Washington University (EUA), em seu capítulo sobre a recepção dos estudos culturais na América Latina e a sua consequente virada em meio ao pós-colonialismo, chega a conclusões semelhantes: à medida que as categorias rígidas de análise foram se enfraquecendo – como nação, cultura nacional, identidade e cidadania –, houve na América Latina, também por causa desse arcabouço dos estudos culturais, uma hibridização epistemológica e uma abertura a conhecimentos alternativos à modernidade liberal eurocêntrica. Além disso, os estudos culturais serviram, ao menos do ponto de vista da análise, para dissolver os muros que separavam a “alta cultura” da “cultura popular”:

A noção de cultura inclui agora um largo espectro que vai da indústria cultural às comunicações; da arte, política, literatura, publicidade e consumo aos esportes, ética, movimentos sociais, filosofia e folclore. (p. 98)

Mais ácida é a crítica de Gareth Williams, ao apontar a virada decolonial latino-americana dos anos 1990 para cá, alicerçada sobre o conceito de colonialidade de Aníbal Quijano, como produto de um “crioulismo” que se expressara antes em José Martí e na sua ideia de “Nuestra America”, uma das primeiras tentativas de diferenciação entre latino-americanos (do México para sul) e americanos do Norte (Canadá e EUA), e que se identificou com a leitura indigenista de Karl Marx feita por José Carlos Mariátegui. Assim, “Quijano [...] retorna para o pensamento do pós-independência calcado essencialmente em noções de cidadania, identidade, diferença e representação” (p. 83).

Mas há uma contradição ainda maior que atravessa o conjunto dos textos: a suposição de que a América Latina é uma região dada, como a divisão que se encontra em Martí e que, da poesia à militância, recai sobre o Rio Grande. Ao contrário, não apenas a territorialidade dessa latinidade, isto é, sua localização geográfica, mas a sua própria latinidade, que constrói um sujeito “latino-americano”, poderiam ser objetos de reflexão de muitas dessas viradas. Talvez essa seja, de fato, o próximo grande giro do pensamento crítico da e sobre a região.

Vinicius Mendes

Revisto por Alina Timóteo

Celikates, Robin (2018), *Critique as Social Practice: Critical Theory and Social Self-Understanding*. London: Rowman & Littlefield International, 238 pp. Tradução de Naomi Van Steenbergen

Robin Celikates, professor de Filosofia Social na Universidade Livre de Berlim e membro associado do Instituto de Pesquisa Social da Universidade de Frankfurt, faz parte da novíssima geração de adeptos

da Teoria Crítica (ou da chamada Escola de Frankfurt), interessados em atualizá-la como um projeto que busca os potenciais de superação das relações de dominação. Diferentemente de outros adeptos